

Eficiência dos Gastos com a Política de Assistência Estudantil e taxa de Sucesso da Graduação: Uma análise nas Universidades Públicas Federais Brasileiras

Cristiane Aparecida da Silva (UFSC) - cristianedasilva@ufgd.edu.br

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente (UFSC) - ernesto.vicente@ufsc.br

Fabricia Silva da Rosa (UFSC) - fabriciasrosa@hotmail.com

Marcielle Anzilago (UFSC) - marcianzilago@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste artigo consiste em analisar a eficiência na realização das despesas com assistência estudantil e sua correlação com as taxas de sucessos da graduação das universidades públicas federais. A estratégia de pesquisa usada para atender o objetivo estabelecido foi conduzida por meio de análise documental com uma abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa foi intencional e não probabilística, compreendendo 37 Universidades Brasileiras. A dimensão temporal aplicada ao estudo foi longitudinal, abrangendo um período de 7 anos, compreendendo 2008 a 2014. Para o cálculo da eficiência foi utilizado o software MAXDEA análise envoltória de dados (DEA), a análise de dados em painel por meio do software Gretl. A partir dos aspectos analisados, constatou-se que o índice da taxa de sucesso teve realação negativa e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil. Por fim concluiu que as políticas faltam aprimoramento e mecanismos de controle internos com o intuito de evitar os desperdícios de dinheiro público.

Palavras-chave: *Assistência estudantil. Eficiência. Gastos. Taxa de sucesso.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

Eficiência dos Gastos com a Política de Assistência Estudantil e taxa de Sucesso da Graduação: Uma análise nas Universidades Públicas Federais Brasileiras

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em analisar a eficiência na realização das despesas com assistência estudantil e sua correlação com as taxas de sucessos da graduação das universidades públicas federais. A estratégia de pesquisa usada para atender o objetivo estabelecido foi conduzida por meio de análise documental com uma abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa foi intencional e não probabilística, compreendendo 37 Universidades Brasileiras. A dimensão temporal aplicada ao estudo foi longitudinal, abrangendo um período de 7 anos, compreendendo 2008 a 2014. Para o cálculo da eficiência foi utilizado o *software* MAXDEA análise envoltória de dados (DEA), a análise de dados em painel por meio do *software* Gretl. A partir dos aspectos analisados, constatou-se que o índice da taxa de sucesso teve realação negativa e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil. Por fim concluiu que as políticas faltam aprimoramento e mecanismos de controle internos com o intuito de evitar os desperdícios de dinheiro público.

Area: Custos aplicados ao setor público

Palavras-chave: Assistência estudantil. Eficiência. Gastos. Taxa de sucesso.

1 Introdução

A criação de novos conhecimentos representa um elemento crucial para atingir um padrão de crescimento sustentável e progresso rumo a uma economia baseada no conhecimento (DI PAOLO, 2016). As universidades têm uma atuação essencial na produção do conhecimento e transformação do cidadão, dessa forma a avaliação da educação reflete o cumprimento das finalidades, mais que dos meios, o ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, administração, os quais são meios para a realização da principal função da educação superior de qualidade: a construção da cidadania e a formação de sujeitos socialmente responsáveis (DIAS SOBRINHO, 2009).

Neste sentido vive-se, desde o início do século XXI, um momento importante de expansão e democratização do acesso à educação superior pública no Brasil. Com a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, foram criadas 14 novas universidades federais e mais de 100 novos *campi* em todas as regiões do país. Além disso, foram diversificadas as formas de ingresso aos processos seletivos das universidades, com adoção da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da implantação das cotas étnico-raciais e sociais (SANTOS; MARAFOM, 2016).

Como consequência da expansão do acesso, logo se procurou propiciar condições para que os alunos de famílias com dificuldades socioeconômicas pudessem permanecer e concluir os estudos. Foi com este objetivo que, em 2008, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria Normativa N° 39, de 12 de dezembro de 2007.

Os programas de assistência estudantil são, atualmente, desenvolvidos em quase todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e incorporam ações como: alimentação, moradia, assistência à saúde, creche, acessibilidade e apoio pedagógico (SANTOS,

MARAFOM, 2016). Na Educação Superior, a Política a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Assim, ela transita em todas as áreas, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais, condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

As expressões políticas públicas e avaliação para muitos não tem qualquer significado, soam como pleonasma ou possuem uso restrito, enquanto ciência da ação pública, as políticas públicas assumem com frequência o formato simples de método ou de verificação utilizado pelas decisões e que ultrapassa sua inserção como disciplina acadêmica com corpo de conhecimento bem definido. Ao seu lado, a avaliação é igualmente entendida como método de verificação e valoração de algo utilizado para mensurar o âmbito ou dimensão de ação programa, projeto e/ou política quanto ao seu mérito (ARCOVERDE, 2012).

O cenário proposto pela literatura do controle gerencial aplicado ao setor público com o aporte das visões gerenciais inovadoras e que confrontam as formas mais tradicionais, baseadas em processo e focadas nos meios e não nos fins das políticas públicas (CARVALHO, 2012), bem como a institucionalização emanada da Constituição Federal de 1988, que introduz o Princípio da Eficiência no Setor Público e a necessidade de acompanhar e fiscalizar o resultado no setor público. A Lei Complementar 101/00, determina a implantação de sistema de custos no setor público; a Lei Complementar 131/09, reforça a perspectiva da governança eletrônica no setor público, já a Lei 4320/64, define, ao mesmo tempo, um modelo de contabilidade pública com alcance patrimonial, financeiro e orçamentário.

O paradigma da gestão pública no Brasil, necessita urgente de mudanças em sua estrutura, dessa forma, busca-se uma melhoria perceptível e urgente da qualidade do gasto público de forma que os recursos tributários alcancem uma efetividade relevante, a ponto de contemplarmos passo a passo ações reais, experiências replicáveis e, no futuro, redução da carga tributária, simplesmente porque a ideia de se “fazer mais políticas públicas com menos recursos” tem sido praticada com sucesso (CARVALHO, 2012).

Neste entendimento e como as despesas ou gastos públicos são financiados mediante tributação, com a contribuição de toda a sociedade, é desejável que esses gastos sejam identificados e analisados. Neste sentido surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de eficiência das universidades federais em relação a realização das despesas com assistência estudantil e a influência da mesma na taxa de sucesso da graduação? Assim, o objetivo deste estudo consiste em analisar a eficiência na realização das despesas com assistência estudantil e sua relação com as taxas de sucessos da graduação das universidades públicas federais.

Neste aspecto a importância da pesquisa justifica-se pela carência de trabalhos na área a nível nacional. Contribui com a teoria pois torna-se relevante na medida em que é importante conhecer as despesas referentes a ação de assistência estudantil das universidades e analisar os gastos de assistência estudantil das mesmas e relacionar com a taxa de sucesso. A demonstração dessas informações cooperará também com a prática disponibilizando ferramenta úteis aos gestores para a tomada de decisão. Nas palavras de Johnes e Johnes, (2016), governos de todo o mundo fornecem subsídios para o ensino superior e por isso têm um interesse legítimo na eficiência com que as instituições convertem entradas e saídas.

A estrutura deste artigo segue com o seguinte formato, na próxima seção descreve a fundamentação teórica e hipóteses, seguida por uma exposição dos métodos de análise, posteriormente uma seção que descreve os resultados. A seção final reúne nossas principais conclusões e faz algumas sugestões para futuras pesquisas.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Despesa com Assistência Estudantil

A assistência estudantil baseia-se na filosofia de que os alunos identificados e encaminhados no início de um mecanismo de suporte poderão enfrentar e superar seus problemas, alguns procedimentos de identificação incluem aspectos, como queda súbita em notas ou notas falhas, mudança de aparência, ausência ou atraso (SCOTT *et al.*, 1999). Embora já houvesse universidades federais públicas com gratuidade do ensino no Brasil, somente com a implantação do REUNI e do PNAES que o acesso à educação superior se tornou possível para os filhos da classe trabalhadora, visto que a permanência na universidade requer o atendimento de necessidades sociais objetivas destes estudantes ingressantes (transporte, alimentação, material didático, etc) (SANTOS; MARAFON, 2016). Dessa forma, a educação superior precisa ser compreendida como uma expressão da questão social, cuja desigualdade de acesso, permanência e qualidade residem no fato de serem produzidas e reproduzidas historicamente, a partir das condições econômicas, políticas e sociais impostas pelo capital (MACHADO, 2013).

A partir da implantação do PNAES, foi possível garantir recursos específicos às IFES para implementar ações de assistência estudantil, que passam a ser entendidas como parte da política educacional cujo objetivo é fornecer os recursos necessários para que os estudantes ultrapassem os obstáculos ao bom desempenho acadêmico (ALVES, 2002).

Neste sentido as despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira (BRASIL, 2007).

As despesas com assistência estudantil liquidada é a fase que são essencialmente verificados os critérios de realização da despesa e os valores “liquidados” que significa que o direito de receber do credor foi analisado pois o fato gerador ocorreu. No entanto é importante salientar que no setor público diferentemente do privado, não há a necessidade de se distinguir entre o custo dos produtos e serviços e a despesa do período. Essa separação é muito importante quando o objetivo da apuração do custo é a avaliação de estoque dos produtos vendidos no período seguinte. No setor público, essa distinção é irrelevante, já que o objetivo é apurar o custo dos serviços públicos prestados no período e o pressuposto é a inexistência de estoques ou produtos em processamento e/ou acabados, fato para a grande maioria do setor público (CAMPELO, 2012).

2.2 Políticas Públicas de Assistência Estudantil

O desenvolvimento de políticas e administração pública, voltados principalmente no campo da ciência política, têm contribuído conceitualmente para a compreensão da formulação de políticas (AXELROD *et al.*, 2011). Embora conceituada e articulada de forma diferente na literatura, uma variedade de abordagens teóricas tem sido utilizado em estudos de política. A teoria da escolha pública centra-se no 'auto-interesse racional' dos indivíduos dentro e fora do governo como uma influência fundamental na formação de políticas públicas. Teóricos 'marxistas' identificar a classe social e o interesse econômico como forças motrizes na formulação de políticas nas sociedades capitalistas democráticas, enquanto teóricos 'pluralistas' afirmam que indivíduos e grupos têm uma gama de interesses. As instituições políticas, no entanto, não existe 'em isolamento' ea política devem ser examinadas de formas que representam o impacto de forças externas, como a globalização e pressões econômicas (DOERN; PHIDD, 1983; ATKINSON, 1993).

Na perspectiva de Meek et al. (1991), de que ‘política’ em si deve ser tratado não apenas como uma diretriz de governo, a qual é aceita oficialmente, mas também ser vista como resultante da interação entre os atores-chave envolvidos em questões relacionadas com a

estrutura, função e caráter de sistemas de ensino superior. Dessa forma, inclui em políticas públicas as ações e decisões do governo para implementar programas e atingir metas, bem como a interação de atores-chave, partes interessadas ou grupos que são capazes de articular os seus interesses e ajudar prioridades forma governamentais diretos ou indiretos (MEEK et al., 1991).

No Brasil a regulamentação das políticas públicas de Assistência ao Estudante ocorreu em 1931, com a promulgação do Decreto nº 19.851, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, no qual o Estado reconheceu a Assistência Estudantil, regulamentou ações de assistência aos estudantes de institutos de ensino superior, abarcando a concessão de bolsas de estudo e de serviços de assistência médica e hospitalar (PINTO; DAVID; MACHADO, 2015).

A Assistência Estudantil foi incorporada na Constituição Federal em 1934, onde estabeleceu a educação como direito de todos e, em no art.157, estabeleceu que a União, os Estados e o Distrito Federal formassem fundos de educação, destinando, conforme consta no §2º do mesmo artigo, parcela destes fundos para aplicação em “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934). Em 1946, houve a consolidação das ações de assistência estudantil, tornando-se obrigatória para todos os sistemas de ensino, para que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (BRASIL, 1946). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, trouxe um Título exclusivo referente à “Assistência Social Escolar”, inserindo a Assistência Estudantil como um direito igual para todos os alunos que dela precisassem e não mais como uma ajuda aos “necessitados”.

Neste sentido sob a vigência da CF/88 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e da ANDIFES (FONAPRACE), ao final de 1999, solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), sendo prontamente atendida pelo parlamentar relator do PNE, que determinou a filiação de programas de assistência estudantil, tais como: bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom rendimento acadêmico (RAASCH, 2012).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), implantado em 2008, teve seus objetivos atualizados e previstos no Art. 2º do Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cosiste numa política pública com o propósito de combater a desigualdade social e regional, a qual visa viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, por meio de ações que possam combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2008).

Neste contexto, enquanto política pública, o Programa de Assistência Estudantil precisa percorrer as fases de acompanhamento e de avaliação, pois tais fases são indispensáveis, sendo capazes de garantir o sucesso da política, pois nelas é que os resultados e impactos são verificados. Dessa forma, para que o monitoramento e a avaliação sejam efetivos, é necessário que os mesmos estejam previstos no desenho da política, inclusive com seus instrumentos (CONDÉ, 2012).

2.3 Eficiência Educacional

Deixando as escolas patrimonialista e burocrática para trás a Administração Pública avança pela fase Gerencial, priorizando a eficiência da Administração, o aumento da qualidade dos serviços, a redução de custos, o foco em resultados, orientação para os cidadãos, transparência, acesso à informação pública, accountability pública e a identificação de novas formas de prestação dos serviços públicos, no rumo da melhoria da qualidade do gasto público

(REZENDE; CUNHA; CARDOSO, 2010). Na percepção de Motta (1990), eficiência é um conceito relativo ao cumprimento de normas e à redução de custos. Para avaliar a eficiência, necessita-se produzir informações para medir a utilização de insumos e seus efeitos sobre resultados, sendo um programa público eficiente quando consegue produzir resultados a um custo mais baixo. Para o autor, a eficiência “é essencialmente uma razão insumo/produto, receita/despesa ou uma medida de custo/benefício” (MOTTA, 1990, p. 233).

Neste sentido a Eficiência seria alcançar o resultado previsto gastando-se o mínimo possível, porém Motta (1990), ressalta que cortar gastos não significa necessariamente ser mais eficiente, pois pode ser que reduzindo as despesas se reduzam também os benefícios obtidos por unidade monetária, deixando o programa menos eficiente. Na avaliação da eficiência na administração pública, diferentemente das empresas privadas, o cumprimento de normas pode ser uma medida de eficiência, independentemente da análise direta dos custos, pois despesas mais elevadas do que supostamente necessárias para atingir os resultados são realizadas para garantir imparcialidade e permitir condições de acesso à informação (MOTTA, 1990).

Segundo Agasisti, Longobardi e Regoli (2014), o conceito de eficiência educacional refere-se à capacidade de realização e maximização, tal como medido por meio de indicadores, tais como taxas de conclusão ou, aproveitando recentes dados disponíveis nas pontuações em testes padronizados. Em outras palavras, um sistema educacional é eficiente, quando por meio de suas regras e instituições, é capaz de contribuir positivamente para estudantes realizarem seus estudos. A avaliação da eficácia, enquanto critério associado à dimensão pedagógica, dá-se pela confrontação dos processos acadêmicos utilizados e dos resultados alcançados com as metas e os objetivos relativos a atividade de ensino, pesquisa e extensão desenvolvida (BELLONI, 2000; CASADO, 2007). Os procedimentos de avaliação da eficiência de uma IES baseiam-se em informações relativas aos recursos utilizados e aos resultados alcançados pela instituição sob análise e por um conjunto de instituições similares tomadas como referências, são informações existentes nos sistemas acadêmico e contábil das universidades e, em geral, disponíveis em publicações oficiais (BELLONI, 2000; CASADO, 2007).

É necessário que a organização universidade seja eficiente para que a instituição universidade possa cumprir os seus compromissos com a Sociedade e o Estado, para Schwartzman (1988), a análise da eficiência não deve, perder de vista os objetivos finais da educação superior, aos quais ela deve se subordinar, por outro lado, é evidente que a utilização adequada dos recursos humanos e materiais deve ser uma preocupação constante em qualquer processo avaliativo. Analisar a eficiência na utilização dos recursos públicos é algo extremamente importante e necessário, cujo objetivo principal é confrontar a adequação dessa utilização com os resultados alcançados (BEUREN; MOURA; KLOEPEL, 2012).

2.4 Taxas de sucesso na Graduação

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) nas universidades brasileiras é um indicador, resultante da razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na Universidade e o tempo de permanência fixado pela Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), para cada curso. Este indicador mede, de certa forma, o grau de eficiência da instituição na formação superior (BOYNARD; NOGUEIRA, 2015).

A entrada na universidade exige, por parte do aluno, uma série de adaptações em níveis pessoais, sociais, financeiros e acadêmicos, assim, entrar na universidade e permanecer nela implica adaptar-se a um novo ambiente, a uma nova cultura, portanto a novas maneiras de agir e pensar (GRANJA, 2012). Dessa maneira, a relação com essa escola de nível superior estabelecida pelo aluno em sua trajetória pode se configurar de maneiras diversas, tanto durante, quanto ao final dela, decorrendo, nesse processo, trajetórias que podem ser classificadas como de sucesso ou insucesso (COULON, 1995). Para melhorar as taxas de sucesso nas universidades, o poder público, tomou

como iniciativa, ao disponibilizar políticas de acesso aos estudantes, na busca da superação das desigualdades com a ideia de promover a equidade entre os alunos ingressantes (GRANJA, 2012).

Segundo Almeida (2000), a implementação de programas de assistência estudantil torna-se uma estratégia governamental de suma importância no que se refere ao enfrentamento de problemas de acesso e permanência dos alunos nas IFES, em decorrência dos altos índices de abandono e retenção do espaço escolar. Para Faro (2008), aproximar-se do cotidiano do estudante em situação de vulnerabilidade é essencial, pois é nele que os riscos de insucesso acadêmico se manifestam e se constituem de forma mais definitiva.

2.5 Estudos anteriores relacionados Políticas Públicas de Assistência Estudantil

Gomes (2016), em seu estudo buscou discutir a eficiência do gasto público em educação superior pelas universidades federais, como resultados encontrou que para o triênio estudado oito das onze universidades avaliadas demonstraram ineficiência moderada a forte com relação à aplicação do recurso público em educação superior consideradas as variáveis custo corrente por aluno, taxa de sucesso e IGC contínuo. A partir das entrevistas, observou-se como fatores complicadores dessa eficiência, entre outros fatores, pouca reflexão dos gestores sobre a temática, baixa autonomia na implantação de melhorias de gestão e ausência de corpo técnico qualificado em planejamento e controle interno. Carvalho (2013), em seu estudo sobre as políticas de assistência estudantil praticadas na Universidade Federal de Lavras (UFLA), avaliou a eficácia da política com relação ao alcance de equidade no rendimento acadêmico e permanência no curso. Constatou-se que o rendimento acadêmico do grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é superior ao do grupo formado pelos demais estudantes da universidade e que os índices de evasão desses estudantes são inferiores aos dos demais.

Pinto, Davd e Machado elaboraram um trajetória das políticas de Assistência ao Estudante no Brasil e analisaram a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora, a fim de observar as ações de assistência desenvolvidas nas universidades, identificando os seus instrumentos de monitoramento e de avaliação. Estrada e Radelli (2014), investigaram a política de assistência estudantil na perspectiva dos estudantes assistidos por ela. Santos e Marafon (2016) demonstraram em seu estudo o desenvolvimento dos programas de assistência aos estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina e discutiram os desafios profissionais para este campo.

Wilburn et al. (2007), fizeram um estudo de caso de cinco anos de avaliação-pesquisa do Programa interno de assistência ao estudante (SAP) do distrito de grandes escolas urbanas. Os resultados indicam um declínio estatisticamente significativo no uso de drogas dos alunos e uma melhoria significativa no locus interno de controle ocorreu a cada ano. Embora não seja estatisticamente significativo, o número médio de referências de disciplina estudantil foi inferior ao ano anterior à admissão do programa. No entanto, não houve mudanças significativas no desempenho acadêmico.

3 Hipóteses de Pesquisa

A partir do problema de pesquisa foram formuladas três hipóteses, tendo como base a eficiência na realização das despesas com assistência estudantil e sua correlação com as taxas de sucessos da graduação das universidades públicas federais. As hipóteses de pesquisa testadas foram:

H0 - O índice da taxa de sucesso tem relação positiva e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil.

H1 - O índice da taxa de sucesso tem relação negativa e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil.

4 Metodologia da Pesquisa

A estratégia de pesquisa utilizada para atender o objetivo estabelecido foi conduzida por meio de análise documental com uma abordagem quantitativa. Caracteriza-se por um estudo longitudinal, abrangendo um período de 7 anos, compreendendo de 2008 a 2014.

A amostra da pesquisa é intencional e não probabilística, compreendendo 32 Universidades Federais Brasileiras. Destaca-se que não foram incluídas na amostra todas as Universidades Federais devido a falta de dados disponíveis para a realização da pesquisa.

No Quadro 1 apresenta-se as universidades públicas federais brasileiras que fizeram parte da amostra da pesquisa, das 63 universidades em funcionamento em 2016, somente 32 fizeram parte da amostra devido ao histórico das informações no período de 2008 a 2014.

Quadro 1 - Universidades Públicas Federais Brasileiras (UPFB)

Nº	Instituição (IES)	Município	UF
1	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Rio Branco	AC
2	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Maceió	AL
3	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Manaus	AM
4	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Cruz das Almas	BA
5	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador	BA
6	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Fortaleza	CE
7	Universidade de Brasília (UNB)	Brasília	DF
8	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Vitória	ES
9	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	São Luís	MA
10	Universidade Federal de Juiz De Fora (UFJF)	Juiz de Fora	MG
11	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Lavras	MG
12	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Ouro Preto	MG
13	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	São João Del Rei	MG
14	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Uberlândia	MG
15	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Viçosa	MG
16	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Dourados	MS
17	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Cuiabá	MT
18	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	João Pessoa	PB
19	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Recife	PE
20	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Teresina	PI
21	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba	PR
22	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói	RJ
23	Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro	RJ
24	Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro (UFRRJ)	Seropédica	RJ
25	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Mossoró	RN
26	Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (UFRN)	Natal	RN
27	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Pelotas	RS
28	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS)	Porto Alegre	RS
29	Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Rio Grande	RS
30	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Santa Maria	RS
31	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Florianópolis	SC
32	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	São Paulo	SP

Fonte: Ministério da Educação

A eficiência no uso das despesa com assistência estudantil, foi calculada apartir das despesas identificadas por meio do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOPE). Os estudantes matriculados e os benefícios concedidos foram obtidos por meio do Relatório de Gestão das Universidades Federais disponíveis no site do Tribunal de Contas da União (TCU) e no Orçamento Federal disponibilizado no site do Ministerio do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG).

Para o cálculo da eficiência foi utilizado o *software* estatístico MaxDEA, cujo modelo matemático de Análise Envoltória de Dados (DEA), foi proposto, inicialmente, por Charnes,

Cooper e Rhodes em 1978, O DEA possui dois modelos básicos geralmente usado nas aplicações. O primeiro é o CCR (CHARNES; COOPER; RHODES, 1978), também conhecido como CRS (*Constant Returns to Scale*), o qual avalia a eficiência total, identifica as Unidades de Análises-DMU's eficiente e ineficiente e determina a que distância da fronteira de eficiência estão as unidades ineficientes. O segundo modelo e o qual foi adotado para este estudo, é o modelo BCC (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984), também conhecido como VRS (*Variable Returns to Scale*), o qual utiliza uma formulação que permite a projeção de cada DMU ineficiente sobre a superfície de fronteira (envoltória) determinada pelas DMU's eficiente de tamanho compatível.

Neste estudo, avaliaram-se as despesas com assistência estudantil relacionadas com estudantes matriculados e os benefícios concedidos aos alunos. No quadro 1 apresenta-se a formação das Unidades de Análise –DMU.

Quadro 2 - Definição das unidades de análise ou conceito de eficiência

DMU	Input 1	Input 2	Output 1	Output 2
Universidades	Dotação Atual das Desp. Ass. Estudantil	Despesas Liquidadas c/ Ass. Estudantil	Alunos Matriculados	Benefícios Concedidos

Fonte: dados da pesquisa

Primeiramente foram coletados os valores correspondente as despesas com assistência estudantil, os alunos matriculados e os benefícios concedidos, para calcular a eficiência nas despesas com assistência estudantil das Universidades, por meio do DEA. Em seguida coletou-se os Indicadores das Taxas de Sucesso, disponível nos RG's das Universidades expostos no site do TCU. Para alcançar o objetivo do estudo realizou-se a análise de dados em painel por meio do *software* Gretl, com a finalidade de analisar a eficiência na realização das despesas com assistência estudantil e sua relação com as taxas de sucessos da graduação das universidades públicas federais.

5 Resultados e Análises

Esta seção contém a descrição e a análise dos dados coletados. Inicialmente, apresentam-se o cálculo da eficiência na execução das despesa públicas com assistência estudantil das universidades federais brasileiras. Em seguida expõem-se os indicadores da Taxa de Sucesso da Graduação das Universidades Brasileiras. E por último, os resultados obtidos da técnica de dados em painel.

Na Tabela 1 apresentam-se os scores de eficiência de cada universidade.

Tabela 1 - Scores de Eficiência

Universidades	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
UFAC	0,12395	0,577723	0,718531	1	0,664221	0,43693	0,432722
UFAL	0,157751	0,513157	0,7116	0,617649	0,71121	0,690004	0,695996
UFAM	0,626163	1	1	0,549017	0,536573	0,49329	0,489799
UFRB	0,111462	0,391289	1	0,68149	0,50557	0,327544	0,388094
UFBA	0,256761	0,720991	0,807513	1	0,874568	1	0,850476
UFC	0,166506	0,758098	0,693492	0,546682	0,637118	1	0,788988
UNB	1	0,832961	1	0,917532	0,658722	0,857159	1
UFES	0,234471	0,626745	0,57952	0,558725	0,601061	0,49056	0,514843
UFMA	0,347972	0,764484	0,545277	0,786765	0,796263	0,984831	0,897334
UFJF	0,10898	0,385042	0,443426	0,440463	1	0,588382	0,865953
UFLA	0,362995	0,602121	0,789655	0,647673	1	1	1
UFOP	0,080722	0,325484	0,692635	0,569035	0,457547	0,429452	0,577656

UFSJ	0,060433	1	1	0,695209	1	1	1
UFU	0,135542	0,799995	0,828996	0,746222	0,650482	0,763242	1
UFV	0,134105	0,354412	0,559623	0,563803	0,623915	0,567924	0,90374
UFGD	0,108234	0,909433	1	1	1	1	0,465282
UFMT	1	0,571847	0,45405	0,678069	0,832049	0,794823	0,699738
UFPB	0,404579	0,625347	1	1	0,694537	1	1
UFRPE	0,05467	0,709241	0,622523	0,632875	0,503925	0,473729	1
UFPI	0,126621	0,655505	0,670642	0,714349	0,497317	0,595915	0,59501
UFPR	0,378908	0,64735	0,66334	0,724627	0,670747	0,772246	0,732587
UFF	0,244204	1	1	1	1	1	1
UFRJ	0,261334	1	0,940111	1	1	0,856643	0,879631
UFRRJ	0,090707	0,475037	0,391701	0,515831	0,474106	0,481297	0,56413
UFERSA	1	1	1	1	1	0,57256	0,586255
UFRN	0,136304	0,690228	0,664131	0,715932	0,909727	0,930789	0,992137
UFPel	0,119516	0,663697	0,496212	0,620816	0,801333	0,843664	0,742073
UFRGS	0,182815	0,697744	0,599178	0,66533	0,573531	0,708266	0,69992
FURG	0,121814	0,604496	0,626534	0,525639	0,487801	0,449519	0,670915
UFSM	1	0,39863	0,482226	0,875924	0,903171	0,828671	0,73951
UFSC	0,17702	0,769675	0,717247	1	0,770281	1	0,868777
UNIFESP	0,052765	1	0,675355	0,747414	1	1	0,999348

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se conforme os dados da Tabela 1 que a UFF foi a mais eficiente ao longo dos anos pesquisados, sendo eficiente por 6 anos consecutivos de 2009 a 2014. A Universidade de Brasília foi totalmente eficiente nos anos de 2008, 2010 e 2014. A UFSJ foi eficiente nos anos de 2009 a 2014 consecutivamente, seguidos por UFGD sendo eficiente de 2010 a 2013, UFLA 2012 a 2014, UFPB nos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014, UFERSA nos anos de 2008 a 2012. As demais universidades forma eficientes em um ou dois períodos. A universidade menos eficiente foi a UFRRJ, seguida pela UFOP e UFAL. As Universidades FURG, UFRGS, UFPel, UFRN, UFRRJ, UFPR, UFV, UFOP, UFMA, UFES e UFAL não foram eficientes em nenhum ano ao longo do período analisado.

Na Tabela 2, apresentam-se os indicadores da Taxa de Sucesso da Graduação das Universidades Brasileiras.

Tabela 2 - Indicadores da taxa de Sucesso da Graduação

Universidades	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
UFAC	0,53	0,31	0,30	0,55	0,39	0,41	0,43
UFAL	0,69	0,40	0,28	0,34	0,41	0,40	0,46
UFAM	0,69	0,58	0,45	0,35	0,38	0,36	0,35
UFRB	0,56	0,68	0,45	0,50	0,61	0,36	0,90
UFBA	0,70	0,67	0,71	0,65	0,51	0,49	0,43
UFC	0,01	0,73	0,68	0,69	0,67	0,57	0,60
UNB	0,71	0,75	0,55	0,36	0,59	0,48	0,40
UFES	0,62	0,61	0,65	0,58	0,64	0,53	0,51
UFMA	0,89	0,94	0,51	0,41	0,53	0,82	0,40
UFJF	0,72	0,77	0,82	0,72	0,79	0,7	0,61
UFLA	0,72	0,85	0,65	0,61	0,55	0,55	0,37
UFOP	0,76	0,81	0,81	0,67	0,63	0,52	0,50
UFSJ	0,90	0,99	0,77	0,25	0,59	0,42	0,50
UFU	0,74	0,69	0,69	0,65	0,65	0,57	0,54
UFV	0,61	0,62	0,67	0,66	0,56	0,50	0,50
UFGD	0,63	0,35	0,51	0,51	0,62	0,56	0,38

UFMT	0,47	0,52	0,53	0,50	0,52	0,64	0,39
UFPB	0,63	0,59	0,47	0,39	0,50	0,40	0,41
UFRPE	0,59	0,59	0,58	0,51	0,50	0,43	0,34
UFPI	0,58	0,56	0,52	0,56	0,57	0,61	0,56
UFPR	0,81	0,79	0,77	0,64	0,63	0,49	0,62
UFF	0,77	0,73	0,74	0,64	0,59	0,56	0,44
UFRJ	0,51	0,50	0,90	0,75	1,16	0,79	0,80
UFRRJ	0,61	0,60	0,44	0,41	0,27	0,26	0,36
UFERSA	0,65	0,67	0,48	0,82	0,36	0,40	0,32
UFRN	0,55	0,38	0,67	0,70	0,52	0,46	0,60
UFPeI	0,72	0,61	0,65	0,55	0,36	0,32	0,41
UFRGS	0,56	0,60	0,63	0,63	0,63	0,63	0,57
FURG	0,62	0,58	0,55	0,50	0,51	0,51	0,35
UFSM	0,67	0,55	0,54	0,63	0,81	0,54	0,55
UFSC	0,62	0,65	0,72	0,72	0,63	0,56	0,51
UNIFESP	0,93	0,77	0,45	0,46	0,46	0,14	0,22

Fonte: Tribunal de contas.

Observa-se na Tabela 2 que, os indicadores de taxa de sucesso na graduação de maneira geral calculado pela média dos anos estudados tem maiores índices na UFRJ, UFJF, UFPR, UFOP, UFU, UFMA, UFF, UFSJ, UFSC e UFLA, as universidades com menores índices de taxa de sucesso na graduação são, UFAC, UFRRJ, UFAL, UFAM, UFPB e UNIFESP. Percebe-se, por meio dos dados das Tabelas 1 e 2 que as universidades eficientes nem sempre são as melhores com relação a taxa de sucesso nos cursos de graduação e vice versa.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa bem como a análise das hipóteses propostas, onde esperava-se que o índice da taxa de sucesso possui uma relação positiva e significativa com as proxies de eficiência das despesas da com a assistência estudantil ou apresentava uma relação negativa significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil. Dessa maneira, primeiro deve-se estabelecer qual é o painel mais indicado para análise dos dados. Na Tabela 3, apresentam-se os resultados dos testes.

Tabela 3 - Resultados dos testes

Testes	Hipóteses	Resultado
F de Chow	H0 - O índice da taxa de sucesso tem relação positiva e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil. H1 - O índice da taxa de sucesso tem relação negativa e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil.	F = 2,771 Sig. X2 = 0,000
LM de Breusch-Pagan		X2 = 23,52 Sig. X2 = 0,000
Teste de Hausman		X2 = 3,47 Sig. X2 = 0,062

Fonte: Dados da pesquisa

Com base na Tabela 3, constata-se que o modelo para dados em painel com efeitos fixos foi o mais indicado para a análise dos dados de eficiência e despesas públicas com assistência estudantil. Além disso, nas validações dos modelos verificou-se, por meio dos testes de Wooldridge para autocorrelação e Likelihood-ratio para heteroscedasticidade, que o modelo não apresenta problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade.

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados das regressões com dados em painel para os três modelos do estudo.

Tabela 4 - Modelo de dados em painel

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística T	Sig.
----------	--------------	-------------	---------------	------

Constante	0,644	0,030	21,804	0,000
IEDA	-0,110	0,042	-2,648	0,009
R2	0,315			
R2 Ajustado	0,201			

Fonte: Dados da pesquisa.

No modelo apresentado na Tabela 4, verifica-se que o índice da taxa de sucesso tem realação negativa e significativa com as proxies de eficiência das despesas com assistência estudantil, dessa forma rejeita-se H_0 , a qual previa relação positiva entre a taxa de sucesso dos alunos nos cursos de graduação em relação aos benefícios concedidos aos alunos assistidos. Esses resultados vão ao encontro parcial dos resultados do estudo de Siqueira, Cavalcante e Leite Filho (2015), visto que os autores investigaram o impacto do REUNI na eficiência das universidades federais brasileiras, com foco na região Nordeste, onde verificaram que, embora o REUNI contivesse indícios de que se buscava um aumento do nível de eficiência das universidades e que isso seria exigido para fins de se cumprimento dos propósitos do programa, sem renunciar à qualidade, na prática isso não ocorreu.

6 Conclusão

O estudo consistiu em analisar a eficiência na realização das despesas com assistência estudantil e sua relação com as taxas de sucessos da graduação das universidades públicas federais no período de 2008 a 2016 utilizando a análise envoltória de dados (DEA), a análise de dados em painel por meio do *software* Gretl.

Por meio das análises observou-se que a UFF foi a mais eficiente ao longo do período analisado, sendo eficiente por 6 anos consecutivos de 2009 a 2014. A Universidade de Brasília foi totalmente eficiente nos anos de 2008, 2010 e 2014. A UFSJ foi eficiente nos anos de 2009 a 2014 consecutivamente, seguidos por UFGD sendo eficiente de 2010 a 2013, UFLA 2012 a 2014, UFPB nos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014, UFRSA nos anos de 2008 a 2012. As demais universidades forma eficientes em um ou dois períodos. A universidade menos eficiente foi a UFRRJ, seguida pela UFOP e UFAL. As Universidades FURG, UFRGS, UFPel, UFRN, UFRRJ, UFPR, UFV, UFOP, UFMA, UFES e UFAL não foram eficientes em nenhum ano ao longo do período analisado.

Por meio dos indicadores de taxa de sucesso na graduação tem-se maiores índices na UFRJ, UFJF, UFPR, UFOP, UFU, UFMA, UFF, UFSJ, UFSC e UFLA, as universidades com menores índices de taxa de sucesso na graduação são, UFAC, UFRRJ, UFAL, UFAM, UFPB e UNIFESP. Pode-se inferir com base nos dados que as universidades eficientes nem sempre são as melhores com relação a taxa de sucesso nos cursos de graduação e vice versa.

Neste sentido, conclui-se que não há uma relação entre o índice de taxa de sucesso com as proxies de eficiência das despesas de assistência estudantil.

Concluiu que as despesas com assistência estudantil não cumpriu todos os objetivos do PNAES o qual era minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Desta forma concluiu que as políticas faltam aprimoramento e mecanismos de controle internos com o intuito de evitar os desperdícios de dinheiro público.

Referências

AGASISTI T.; LONGOBARDI S.; REGOLI A. “Does public spending improve educational resilience? A longitudinal analysis of OECD-PISA data”, SIEP Working Paper n. 669, Italian Society of Public Economics, 2014.

AGASISTI, T.; MURTINU, S. “Are we Wasting Public Money? No! The Effects of Grants on Italian University Students’ Performances.” IEB – Institut d’Economia de Barcelona Working Paper, n. 33, 2013.

ALMEIDA, N. L. T. **Educação pública e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade em Revista, n 63, Julho 2000, São Paulo: Editora Cortez, p. 62-75.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, v. 5, n. 1, 2002.

AXELROD, P.; DESAI-TRILOKEKAR, R.; SHANAHAN, T.; WELLEN, R. People, Processes, and Policy-Making in Canadian Post-secondary Education, 1990-2000. **Higher Education Policy**, v. 24, p. 143-166, 2011.

ARCOVERDE, A. C. B. Uma visão institucional para avaliação de políticas públicas. In: Nelson Machado; Victor Branco de Holanda; José Francisco Ribeiro Filho; Jorge Lopes; Marcleide Pedeneiras. (Org.). GBRSP - Gestão Baseada em Resultado no Setor Público: uma abordagem didática para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais. 1ed. São Paulo: Atlas, v. 01, p. 18-33, 2012.

ATKINSON, M. M. **Governing Canada: Institutions and Public Policy**, Toronto: Harcourt Brace Jovanovich, 1993.

BANKER, R. D.; CHARNES, A.; COOPER, W. W. Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, 1078-1092, 1984.

BELLONI, I. **Uma Metodologia de Avaliação da Eficiência Produtiva de Universidades Federais Brasileiras**. Tese de Doutorado, programa de Pós graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2000.

BEUREN, I. M.; MOURA, G. D. M.; KLOEPPPEL, N. R. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. **Rev. Adm. Pública**, v. 47, n. 2, p. 421-441, mar./abr. 2013.

BOYNARD K. M. S.; NOGUEIRA, J. M. Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade? Lições econômicas para a gestão universitária. **Revista GUAL**, v. 8, n. 4, p. 237-258, 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>, acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>, acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>, acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 05 de ago. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 05 de ago. 2017.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007 Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007.

CARVALHO, S. C. S. **Avaliação da Eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras**. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em Administração Pública. Lavras, 2013.

CASADO, F. L. Análise Envoltória de Dados: Conceitos, Metodologia e Estudo da Arte na Educação Superior. **Sociais e Humanas**, v. 20, n. 1, p. 59-71, 2007.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. Measuring the Efficiency of Decision Making Units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, n. 6, p. 429-444, 1978.

CONDÉ, E. S. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v.2, n. 2, p.78-100, 2012.

CORAK, M. Income Inequality, Equality of Opportunity, and Intergenerational Mobility. **Journal of Economic Perspectives**, v. 27, n. 3, p. 79-102, 2013.

COULON, A. **Metodologia e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Institucional para Re-institucionalizar a Educação como Bem Público. **Revista de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 17-25, 2009.

DI PAOLO, A. (Endogenous) occupational choices and job satisfaction among recent Spanish PhD recipients. **International Journal of Manpower**. v. 37, n. 3, p. 511-535, 2016.

DOERN, B. G.; PHIDD, R. W. **Canadian Public Policy: Ideas, Structure, Process**, Toronto: Methuen, 1983.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 16, 2014.

FARO, A. **Os desafios da assistência estudantil como política de inclusão**. Art. 12/11/2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonapraxe/index.php?option=com-content&view=article&=54:os-desafios-da-assistenciaestudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&itemid=50>. Acesso em 5 ago. 2017.

GOMES, J. A. V. **Eficiência do gasto público em educação superior: um estudo sobre as universidades federais do Estado de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. Rio Paranaíba, MG, 2016.

GRANJA, V. A. V. **Tendências de sucesso no percurso acadêmico do alunado na UFRN**. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em Educação, UFRN, 2012, 124 f.

HANUSHEK E. A.; WOESSMANN L. The Economics of International differences in Educational Achievement, in **Handbook of the Economics of Education**, v. III, p. 90-200, 2011.

MACHADO, M. P. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. 2013.

MEEK, V. L. L.; GOEDEGEBUURE, C. J.; KIVINEN, O.; RINNE, R. 'Policy change in higher education: intended and unintended outcomes'. **Higher Education**, v. 21, p. 451-459, 1991.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. **Orçamentos Anuais**. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais>>. Acesso em 10 jul. 2017.

MOTTA, P. R. **Avaliação da Administração Pública: Eficiência, Eficácia e Efetividade**. São Paulo: FUNDAP, 1990.

PINTO, C. C.; DAVID, M. V.; MACHADO, C. S. A Política de Assistência Estudantil no Brasil: O Caso da Universidade Federal de Juiz de Fora. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**, Mar del Plata – Argentina, 2015.

RAASCH, Ronaldo. A Gestão da Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública na Perspectiva de seus Estudantes. **Anais do SIMPOI 12 anos**, 2012, p. 6.

REZENDE, F.; CUNHA, A.; CARDOSO, R. L. Custos no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, p. 789-790, 2010.

SANTOS, C. P. C.; MARAFON, N. M. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. **Textos & Contextos**, v. 15, n. 2, p. 408-422, ago./dez. 2016.

SCOTT, D. M.; SURFACE, J. L.; FRIEDLI, D.; BARLOW, T. W. Effectiveness of Student Assistance Programs in Nebraska Schools. **J. Drug Education**, v. 29, n. 2, 165-174, 1999.

SCHWARTZMAN, S. Funções e metodologias de avaliação do ensino superior. **Estudos e Debates**, v. 14, p. 21-46, 1988.

SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Execução

Orçamentária. Disponível em:

<https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true>. Acesso em 10 jul. 2017.

SIQUEIRA, J. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; LEITE FILHO, P. A. M. Eficiência das universidades públicas federais nordestinas: Qual o impacto do REUNI? **In: IX Congresso ANPCONT**, Curitiba, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Contas e relatórios de Gestão.** Disponível em:

<<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em 05 ago. 2017.